



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CLASSE DOMINANTE X CLASSE REINANTE: UMA NOVA RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE CIVIL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA

Ronalda Barreto Silva
Universidade do Estado da Bahia
ronalda_barreto@uol.com.br

Silvia Maria Leite de Almeida
Universidade do Estado da Bahia
leitesilviamaria@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a relação Estado/Sociedade Civil na parceria estabelecida para a negociação do projeto “EcoFolia Solidária: o trabalho decente preserva o meio ambiente” de apoio a catadores de resíduos sólidos que atuaram no Carnaval de Salvador, no ano 2011. A ação previu melhorar as condições de trabalho dos catadores avulsos e cooperados, pretendendo minimizar a situação de exploração e de risco a que estão submetidos e diminuir o impacto ambiental com a coleta dos resíduos descartados indevidamente durante os festejos do Carnaval.

A problemática central da análise refere-se às visões diferenciadas que foram apresentadas acerca do papel do Estado no apoio ao projeto, evidenciadas nas discussões e encaminhamentos realizados por um grupo composto por servidores técnico-administrativos, representações dos empreendimentos da economia solidária (catadores) e representação da Universidade do Estado da Bahia. As contradições presentes no processo tomam uma importância maior em decorrência do contexto político da Bahia, caracterizado pela assunção de um Governo de esquerda, com uma proposta de gestão oposta àquelas predominantes em um Estado historicamente dominado por governos de extrema direita, mas que herda uma estrutura estatal conservadora e uma cultura política elitista, patrimonialista e clientelista, fenômeno que carece de maior aprofundamento. Dessa forma, buscamos em Poulantzas explicação para o mesmo, a partir da compreensão dos conceitos de *classe dominante*, *classe detentora*, *classe reinante* e *de bloco no poder*.

O PROJETO



Na perspectiva da relação de parceria entre o Estado e a Sociedade Civil, a partir do movimento dos catadores, fundamentou-se a idéia de desenvolver ações que pudessem interferir positivamente na coleta e manejo dos resíduos sólidos e nas condições de trabalho dos catadores durante o Carnaval. A idéia tem sua autoria no Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, uma rede composta por 08 (oito) empreendimentos populares de coleta e reciclagem de resíduos sólidos e 01 (uma) empresa recuperada que teve início no ano 2003 e foi organizada como fruto de uma parceria informal entre empreendimentos e a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT).

O conjunto de ações desenvolvidas no referido projeto, pela sua importância social, política e ambiental, tomou vulto, ocupando espaço considerável na agenda de alguns segmentos dos poderes públicos como a Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda – SETRE, o Fundo de Combate à Pobreza - FUNCEP, a Prefeitura Municipal de Salvador - PMS, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI, o Instituto INGÁ, a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia - CONDER, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT, a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB. A visibilidade do projeto tem se dado, também, pela cobertura da imprensa que tem realizado diversas matérias jornalísticas.¹

O projeto teve a seguinte configuração: instalação de cinco centrais de coleta de resíduos sólidos ao longo do circuito do Carnaval (Barra, Ondina, Politeama, Largo 2 de Julho e Ladeira da Montanha) gerenciadas pelos catadores dos empreendimentos solidários que compõem o Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, nas quais o catador avulso² foi cadastrado, recebeu fardamento, bota, luva, protetor auricular, três refeições e três garrafinhas de água diariamente. Nestas centrais os catadores avulsos entregavam os resíduos que coletavam e os cooperados recebiam o quilo do resíduo por um valor cerca de 20% acima do mercado (ou seja, o valor estabelecido pelos

¹ Fonte: Projeto EcoFolia Solidária: o trabalho decente preserva o meio ambiente, p.3.

² Trata-se do catador de rua não organizado em empreendimento associativo da economia solidária.



comerciantes atravessadores). O pagamento foi realizado com recursos oriundos do CREDIBAHIA que foi captado para compor capital de giro.

Foram definidos os seguintes objetivos: 1) Estabelecer melhores condições de comercialização e proteção aos catadores para o aumento da coleta dos resíduos gerados durante o Carnaval; 2) Estabelecer relação de comércio justo e solidário de resíduos sólidos coletados por catadores avulsos durante os festejos de Carnaval; 3) Levantar e sistematizar dados com o intuito de estabelecer bases para a organização dos catadores no Carnaval, para a elaboração de políticas públicas para o setor de reciclagem e para a inibição do trabalho infantil durante o Carnaval; 4) Melhorar as condições de trabalho dos catadores avulsos/cooperados; 5) Minimizar, durante o Carnaval, o impacto dos resíduos descartados no meio ambiente; 6) Estabelecer o debate sobre a problemática do lixo na cidade de Salvador.³

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA), vinculada à Rede Unitrabalho e que se configura como um Núcleo de Extensão, teve o papel de elaborar o projeto, realizado de forma coletiva com os cooperados; mediar a negociação com os técnicos do Estado atuantes nas várias secretarias e órgãos que o apoiaram⁴; acompanhar, monitorar e avaliar as ações. Para envolver os parceiros estatais elencados no início deste texto e negociar os termos do projeto, ocorreu um longo processo de negociação que constou de 17 reuniões⁵, dois seminários de sensibilização do Estado e da Sociedade Civil, um seminário de apresentação do plano operacional das atividades das duas redes de empreendimentos da Economia Solidária envolvidos⁶ e um seminário de avaliação.

O processo teve uma dinâmica de aprendizado mútuo entre os segmentos e nos trouxe elementos importantes para a análise do Estado com a sociedade civil em um contexto peculiar com a proposta de um Governo Popular, servidores técnico-

³ Projeto EcoFolia Solidária: o trabalho decente preserva o meio ambiente, p. 10-11.

⁴ São quatro secretarias e um órgão estadual. Contou, ainda, com apoio de um órgão municipal e uma empresa privada.

⁵ Excetuando-se reuniões pontuais com alguns parceiros, com a Prefeitura de Salvador através da LIMPURB, entre os empreendimentos e a assessoria e entre as duas Redes e a assessoria.

⁶ Além do Complexo Cooperativo de Reciclagem, foi envolvida a Rede de Alimentação composta por seis empreendimentos que forneceu 55.587 refeições.



administrativos de carreira e servidores técnico-administrativos com uma história de militância política.

RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE CIVIL: ENTRAVES BUROCRÁTICOS

Tomaremos a definição de Sociedade Civil e de Estado contidas no Dicionário de Política de Bobbio, Matteucci e Pasquino. Para estes autores (que se apóiam em autores como Rosseau, Kant, Hegel, Marx e Gramsci), a relação Sociedade civil e Estado é entendida como

[...] a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade Civil é representada como terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político. (BOBBIO et al, 1995, p. 1210)

O Estado Moderno constituiu o arcabouço legal-institucional para a implantação da racionalidade capitalista, do conjunto das práticas sociais capitalista, da economia de mercado, que tenta impedir outras racionalidades (VIEIRA e INÁCIO, 2011). Assim, a sociedade civil caracteriza-se como um campo de embates políticos, de exarcebação das contradições que se verificam no Estado, de apropriação e reelaboração das representações dos dominados pelos dominantes (SILVA, 2003).

Analisando o atual contexto, de reemergência da sociedade civil, Silva (2003) aponta dois sentidos:

[...] um deles refere-se ao discurso proveniente de grupos e interesses não-dominantes como uma “apropriação da idéia de esfera pública que não se confunde com o Estado, e separa-se também de sua identificação com os interesses do mercado”. O outro aparece no discurso dominante sobre essa reemergência, “cujo objetivo está referenciado a um reajustamento estrutural das funções do Estado, por via do qual o intervencionismo social, interclassista, típico do Estado-Providência tende a ser substituído por outro intervencionismo do tipo bicéfalo (NEDER, 1997, p.7). (SILVA, 2003, p. 43)

Segundo Vieira e Inácio (2011), nas últimas décadas, a sociedade civil passou a se articular de maneira diferente na sua relação com o Estado, com maior importância dos governos locais, a valorização do processo de descentralização, novas articulações entre poder público, sociedade e atividade produtiva, a preocupação com a preservação ambiental e



melhoria da qualidade de vida. Esses são elementos importantes para a construção de espaços públicos participativos, como é o caso do projeto em análise, o que é corroborado por Gohn:

Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-Sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivo de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações [...]. (GOHN, 1997, p.301)

Nesse sentido, os movimentos sociais são importantes na construção de uma sociedade e de um Estado democrático, Restrepo (1990) indica a sua importância na própria constituição da Sociedade Civil. Segundo este autor, os movimentos sociais “são espaços de criação de uma sociedade civil participativa, democrática [...]”

Habitualmente, os movimentos sociais tem se caracterizado por sua transitoriedade. Carentes de institucionalização, aparecem e desaparecem por acaso. Pela mesma razão, foram descuidados pelo pensamento político. Mas, hoje, na América Latina, quando os partidos de todas as tendências parecem estar submetidos a um profundo desgaste, os movimentos sociais buscam um protagonismo direto na cena pública. Produziu-se uma certa institucionalização da desinstitucionalização própria dos movimentos. A ausência de apoio pode levá-los à frustração e a desembocar na decomposição social. Respaldá-los pode contribuir para um avanço substancial no caminho da [...] democracia. (RESTREPO, 1990, f. 12)

A negociação estabelecida na relação entre instâncias do Estado e a sociedade civil foi permeada por alguns aspectos que se constituíram em entraves na negociação e outros aspectos que se fizeram presentes em alguns fragmentos da avaliação realizada por parte dos servidores técnico-administrativos. Esses aspectos evidenciaram diferenças nas visões acerca do projeto, bem como acerca do papel do Estado no atendimento de segmentos da população mais vulneráveis e, sobretudo, refletiram problemas referentes aos indicadores de avaliação de projetos sociais, conforme discute Kraychete (2010, f.1):

se o objetivo é a melhoria da qualidade de vida cabe indagar o que está crescendo e para quem. Todo indicador subordina-se a um objetivo social. Escolher indicadores pressupõe uma escolha entre concepções do que é bom e desejável para o ser humano. Não é uma escolha apenas técnica ou econômica, mas essencialmente ética e política.



O autor chama a atenção para especificidades dos empreendimentos da economia solidária a serem levados em consideração nas avaliações, destacando que “a viabilidade dos empreendimentos da economia solidária não se traduz apenas na produção de bens e serviços, mas na (re)produção de relações de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas [...]” (KRAYCHETE, 2010, f. 3). O apoio do Governo do Estado da Bahia ao projeto demonstra a compreensão da sua importância para o fortalecimento dos empreendimentos da Economia Solidária e, portanto, estrategicamente para a erradicação emancipatória da pobreza, posição não incorporada por todo o corpo de servidores técnico-administrativos.

A cultura patrimonialista, clientelista e elitista deixa de herança critérios que são bancários em dois sentidos: na perspectiva numérica, economicista, própria de bancos; na perspectiva de desconsiderar as necessidades e decisões resultantes da construção coletiva, ou seja, colocando os conhecimentos técnicos acima do conhecimento popular⁷. É recorrente, por exemplo, entender que o investimento de, aproximadamente, R\$ 1.400.000,00 em um projeto dessa monta, com 2.647 beneficiários e a retirada de sessenta e três toneladas de resíduos sólidos do meio ambiente, é exacerbada⁸. Em contraposição, de modo geral, é visto com “naturalidade” o investimento de altas cifras para atração de foliões com retorno que se dá, sobretudo, para as empresas de bebidas, a rede hoteleira e de restaurantes, empresários de blocos e de camarotes sem grandes questionamentos sobre o grande prejuízo para o meio ambiente.

Outra questão que merece um aprofundamento é a concepção do papel do Estado na negociação, o qual foi posta muito mais como financiador, com a prerrogativa quase que exclusiva de exigir, do que efetivamente de parceria na troca de experiências para melhorar a ação, o que se contrapõe à perspectiva do Governo do Estado ao fornecer o apoio. Essa foi a postura de alguns técnicos estatais antes da execução da ação. Durante a execução (Carnaval), alguns manifestaram a histórica postura de fiscalização e críticas não construtivas, muitas vezes com o estabelecimento de disputas com entes da Sociedade Civil.

⁷ No decorrer do processo a marca do projeto necessitou de modificação e uma Superintendência e um órgão público negaram-se a aceitar a marca definida pelos trabalhadores executores/beneficiários.

⁸ Expressões que denotavam essa idéia eram recorrentes nas discussões e, mesmo na fala de representantes da sociedade civil..



A avaliação do projeto, por exemplo, critica a lógica de organização no interior de uma das centrais, levando-nos à dedução de que a estética sobrepunha-se à segurança dos trabalhadores que se recusaram a retornar aos bairros periféricos durante as madrugadas e optaram por dormir em um dos cômodos da respectiva central. Nesse aspecto, vale a análise de Kraychete (2010):

Os empreendimentos da economia popular solidária não podem ser projetados e avaliados tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa tradicional. Se os indicadores não apenas expressam a aferição de algo, mas conferem um significado e uma direção às nossas ações, (KRAYCHETE, 2010, p.1)

Partindo da idéia inicial de parceria, em que a experiência de alguns técnicos com o projeto seria posta para a melhoria do mesmo, a universidade sempre se colocou com a disposição de fazer os ajustes necessários, segundo a compreensão daqueles que melhor o conhecia⁹. Assim, colocou-se como porta-voz dos trabalhadores que o concebeu, entendendo que é papel da universidade debruçar-se sobre as questões sociais mais relevantes, promovendo a cidadania daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Apesar do papel enquanto aparelho ideológico, no interior da universidade há projetos de sociedade e visões de mundo que são antagônicos: é o caso das incubadoras de empreendimentos da Economia Solidária, cujo número tem se ampliado no país.

A ampliação do número de incubadoras é decorrente de políticas públicas fomentadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e parceiros e, por outro lado, pela situação de pobreza e miséria da população que coloca demandas sobre a universidade, o que impõe repensar a sua atuação no sentido de mantê-la referenciada socialmente. No que pese a tão criticada indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão, o conjunto desses fatores tem implicado na reestruturação da extensão universitária, na busca de reflexões mais profundas, ou seja, da sua associação com a pesquisa, a fim de fazer frente às demandas sociais.

A questão premente é a geração de trabalho e renda para populações em situação de vulnerabilidade social, dado à crise do emprego, situação da qual a universidade não

⁹ O projeto está na sua sétima edição e alguns técnicos o acompanha há três ou quatro anos.



pode se furta e que tem sido alvo de políticas públicas. Vários são os projetos e programas no campo da Economia Solidária, oriundos tanto do setor público quanto do setor privado. Entre eles, uma política pública que se destaca no financiamento das incubadoras universitárias é o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, criado em 1998 para apoio à incubadoras universitárias do país, na perspectiva de que o conhecimento universitário auxilie no desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido por cooperativas populares¹⁰.

As assessorias aos empreendimentos da Economia Solidária, especificamente as incubadoras universitárias e algumas entidades da Sociedade Civil, trabalham na perspectiva de emancipação dos trabalhadores, tendo como princípios a problematização da realidade, a dialogicidade, na busca de romper com os cânones de uma formação estreita, direcionada para o mercado de trabalho, através da interação entre os diversos saberes: acadêmico e popular. “Todos se colocando enquanto sujeitos a partir do entendimento de que ‘ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2005, p. 79)” (AZEVEDO e SILVA, 2010, p. 158). Todas as etapas do processo e decisões foram exaustivamente discutidas entre todo o grupo gestor, sem hierarquização de posição social ou de saberes, o que possibilitou uma interação do grupo capaz de resistir às vicissitudes. Destacamos a fala de um trabalhador:

Houve apoio intenso da assessoria no tocante às ações desde o planejamento até a execução do projeto. Vale ressaltar que a composição do Conselho Gestor deste projeto foi fundamental para disseminar a prática da construção coletiva entre os trabalhadores e a assessoria.

Seguiu-se as orientações do método freireano com um resultado de promoção da cidadania daqueles trabalhadores e reeducação da equipe universitária no sentido de maior abertura, reconhecimento do saber popular e, sobretudo, da efetiva igualdade entre as pessoas, a partir do sentido expresso no trecho abaixo:

Educandos e o educador chamados a posicionarem-se como “investigadores críticos”¹¹ em constante diálogo, em constante “ato de desvelamento da

¹⁰ Outras entidades têm investido na ampliação de incubadoras, como a Fundação Banco do Brasil financiadora da implantação da incubadora que realizou o trabalho, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários UNEB/UNITRABALHO – INCUBA.

¹¹ Termo utilizado por Paulo Freire na obra *Pedagogia do Oprimido*.



realidade”¹²: os conhecimentos técnicos trabalhados, os conhecimentos construídos devem evidenciar a condição social, política, cultural e econômica dos sujeitos. Muitos são os conhecimentos “mobilizados”, os temas e palavras que geram conhecimentos novos, criadores e, dessa forma, libertadores, ainda que relativos a um universo reduzido em sua dimensão macro, mas que possui a totalidade do mundo em suas contradições, em suas grandes dicotomias. (AZEVEDO e SILVA, 2010, p.158)

Esta perspectiva representa a luta pelo fortalecimento dos empreendimentos, a resistência. O processo é importante, também, pelo significado político que tem para os grupos de catadores envolvidos, os quais enfrentam problemas políticos decorrentes das relações de poder estabelecidas na definição das políticas nacionais para a categoria profissional. O processo de negociação, portanto, foi extremamente rico, por vários motivos e, no caso da nossa análise, sobretudo em decorrência de visões de mundo diferenciadas e antagônicas entre os próprios técnicos do Estado e entre os técnicos e a equipe que representava a Sociedade Civil, possibilitando a compreensão das dificuldades de governança para um Governo Popular em uma estrutura arcaica e conservadora.

DESAFIOS PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA: CLASSE REINANTE

A *classe dominante* seria a *classe* ou a *fração hegemônica*, é aquela cujo interesse político é garantido prioritariamente pela política de Estado. A *classe detentora* seria a classe politicamente dominante, é aquela que controla e administra os centros de poder do aparelho do Estado - e não a que detém o poder político. A classe detentora pode ou não identificar-se com a fração hegemônica. A *classe reinante* é a classe social ou fração de classe que predomina na cena política - e que, portanto, assume "o papel de representação" política - por meio do jogo dos partidos políticos. (CODATO e PERISSINOTO, 2009).

Poulantzas procurou resolver o problema da relação entre os *agentes do Estado* (as "elites" políticas e/ou burocráticas) e a *dominação política* de uma classe ou fração determinada a partir da conjugação de dois conceitos: "classe detentora" e "classe (ou fração) hegemônica". O conceito de classe ou fração hegemônica identificaria a classe sistematicamente beneficiada pelas políticas de Estado, independentemente de ser esta classe ou fração um agente político coletivo e estar organizada de modo efetivo (como "classe reinante" na cena política, por exemplo). Nesse sentido, ela é teoricamente (e pode vir a ser empiricamente) diferente da classe detentora, conceito que

¹² Idem.



descreve os agentes que controlam diretamente os postos estatais (a "elite estatal", na definição de Miliband). (CODATO e PERISSINOTO, 2009, s/p.)

Um outro conceito importante na análise é *bloco do poder* em que Poulantzas analisa a relação entre aparelho estatal e as classes e frações de classe dominantes, já que o Estado de tipo capitalista não é por ele considerado um “mero instrumento de dominação nas mãos da classe dominante”. Através desse conceito, é possível constatar o favorecimento dos interesses econômicos de uma fração da classe dominante, através da sua ação político-administrativa, em detrimento das demais frações de modo que o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio do bloco no poder. (LAZAGNA, 2011, p.5). Acreditamos ser este o grande desafio do Governo do Estado da Bahia, bem como do Governo Federal, dado à sua origem e propósitos historicamente definidos, bem como pela interna aos seus partidos e externas ao Executivo, sobretudo, os respectivos parlamentos.

Aqui nos chama a atenção para a articulação do Governo com vários partidos que compuseram a frente eleita pela população e que nos coloca o questionamento de que essa coalisão seria importante para a governança ou cria problemas para mantê-la? Na busca por ampliação de espaço, esses convergiriam para uma eficaz implementação das propostas governamentais ou causariam fragmentações que as fragilizariam? Enfim, afirma Poulantzas que o bloco no poder pode se expressar, na cena política, por meio de alianças partidárias ou mesmo por meio de uma luta aberta entre partidos (LAZAGNA, 2009)).

Os questionamentos limitam-se às políticas direcionadas à Economia Solidária que, inclusive, teve a criação de um espaço institucional pelo atual Governo. Neves e Pronko (2011) chama a atenção, afirmando que,

embora o papel do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho responda muito precisamente aos interesses do bloco no poder, Poulantzas ressalta que “as famosas funções sociais do Estado” dependem diretamente “da intensidade da mobilização popular: ora [como] efeitos das lutas, ora [como] tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado” (Poulantzas, 1980, p. 213). (NEVES e PRONKO, 2011, p.10)



Ou seja, o desenvolvimento das políticas sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas vem se constituindo no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução pelo Estado, entendido como Estado ampliado, das contradições cada vez mais acirradas (NEVES e PRONKO, 2011).

A justificativa para os impasses criados em relação aos aspectos da negociação aqui em análise, teve seu foco nos aspectos jurídicos. Ou seja, emperrou diretamente no setor jurídico do órgão que concentrou a maior parte dos recursos destinados ao projeto. Esse fenômeno tem explicação em Poulantzas quando considera o Político enquanto o lugar da estrutura jurídico-política no modo de produção capitalista, concebendo o Estado como o reprodutor das relações de produção, por sua função de “coesão da unidade de uma formação social” dividida em classes, na qual vigora esse modo de produção (1970, p. 237). A atribuição desse papel ao Estado se deve, graças à sua função repressiva, bem como à ação dos valores jurídicos capitalistas (ou direito burguês) e os valores burocráticos capitalistas (ou burocratismo), ligados a esse direito, segundo Lazagna (2011, p.2).

Angeli, ao realizar a indagação sobre “sociedade civil” e ‘democracia’ na sociedade brasileira um diálogo possível?”, afirma que

Gramsci no Cárcere conceitua o direito como sendo “o instrumento para que o Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão e tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outro” (GRAMSCI, 1989, p. 96) logo mais adiante ele afirma: ‘o direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado’ (idem., p. 97.). Num outro lugar ele irá dizer que “o direito não exprime toda a sociedade, mas a classe dirigente, que “impõe” a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento a função máxima do direito é a de pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, segundo o qual todos se podem tornar elementos da classe dirigente: no direito moderno, portanto, está implícita a utopia democrática do século XVIII” (idem., p.153). (ANGELI, 2006, s/p).

Lazagna (2011) afirma que a ação do burocratismo produz o efeito de unidade. Através da seleção meritocrática dos seus funcionários, é estabelecida a relação do Estado com as classes dominadas:

esse tipo particular de Estado se apresenta, pois, como representante da unidade do povo-nação, composto de pessoas políticas-indivíduos privados



(Poulantzas, 1970: 239). Essa função é desempenhada através da ocultação, aos olhos das classes dominadas, do seu caráter de classe e através da exclusão específica dessas classes das suas instituições (Poulantzas, 1970: 240) (LAZAGNA, 2011, p.3)

E continua,

Esse aparato “não se apresenta diretamente como aparato de predomínio de classe, mas como a ‘unidade’, o princípio de organização e a encarnação do ‘interesse geral’ da sociedade” (a ocultação permanente do saber no seu interior é possível através da aplicação das regras hierárquicas e formais, em consequência do aparecimento da ideologia jurídico-política burguesa). (LAZAGNA, 2011, p.3)

É importante ressaltar, mais uma vez, que o processo de negociação não se deu de forma linear. Além da pressão da Sociedade Civil, as diferentes posições dos técnicos do Estado foi permeada por visões antagônicas, valendo destacar que os técnicos e gestores do Fundo de Combate à Pobreza - FUNCEP, articulador entre os diversos órgãos estatais, atuaram como intelectuais orgânicos das classes dominadas, colocando-se como mediador dos conflitos entre o Estado e a Sociedade Civil mesmo após a troca de gestores ocorrida no processo, bem como alguns técnicos de outras secretarias.

Segundo Neves e Pronko (2011), Poulantzas ressalta que, mesmo pertencendo os membros do aparelho do Estado de tipo capitalista a classes diversas, eles agem de acordo com uma unidade interna específica e constituem essa categoria social específica: a burocracia, “servidora” da classe dominante e isso, em virtude de sua unidade interna derivar do papel objetivo do Estado que coincide com os interesses da classe dominante. “Assim, a política de Estado pode parecer incoerente e caótica, mas constitui a materialização do processo efetivo de contradições internas, configurando-o como lugar de organização estratégica da classe dominante” (NEVES e PRONKO, 2011, 11).

Na análise da burocracia de Estado, é importante enfatizar o seu pertencimento de classe.

Só faz sentido levantar o problema da "burocracia" tendo em mente a diferença decisiva que há entre o aparelho do Estado e o poder de Estado [...] Resumidamente: o aparelho de Estado é o *lugar* a partir do qual se exerce o poder; o poder de Estado é o poder das classes e frações dominantes beneficiárias das decisões do Estado [...] mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (NEVES e PRONKO, 2011, p.4)



Segundo Poulantzas (1977), a luta de classes impregna o pessoal do Estado em função do seu próprio pertencimento de classe:

Tudo isto se traduz então em divisões e contradições internas consideravelmente acirradas no seio do pessoal de Estado, colocando em questão sua própria unidade, mas que também aqui se revestem de uma forma específica: elas se formam na estrutura organizacional própria do aparelho de Estado, seguem a trama de sua autonomia relativa e não correspondem termo a termo, nem de modo unívoco, às linhas destas divisões na luta de classes. Elas se revestem notadamente da forma de “brigas” entre membros de diversos aparelhos e ramos do Estado, que se devem às fissuras e reorganizações destes, próprios à crise institucional do Estado, da forma de fricções entre “clique”, “facções”, “grandes corpos do Estado” no seio mesmo de cada ramo e aparelho. Mesmo quando as posições de classe repercutem no seio do pessoal do Estado por uma politização mais nítida deste pessoal (uma parte voltando-se, digamos, “para a esquerda”, uma parte “para a direita”, tal processo segue caminhos específicos notadamente os da crise ideológica [...] pessoal que (Gramsci o tinha percebido bem), em função do papel geral de organização e de representação do Estado, faz parte, em seu conjunto (e não apenas o pessoal dos aparelhos ideológicos), dos “intelectuais” em sentido amplo. (POULANTZAS, 2007, p.30)

Que relações sociais de dominação o Estado reproduz? Quem decide? Quem governa?

Nesse sentido é importante analisar a questão do poder.

“Parece evidente que o conceito de poder político, no caso do marxismo estruturalista, descreve a produção, pelo Estado capitalista, de políticas de governo que reproduzem a estrutura de classe (ou a “estrutura de dominação”) da sociedade capitalista. Nesse sentido, o Estado atende aos interesses de longo prazo da classe dominante ou, para ser mais específico, aos interesses políticos dessa classe em particular, interesses esses que consistem, basicamente, na reprodução das características/relações fundamentais que constituem o modo de produção capitalista. Esse é o poder em sentido estrutural.” (JESSOP, 2009, s/p)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, na execução do projeto “Ecofolia Solidária: o trabalho decente preserva o meio ambiente”, o sentido que o autor afirma acima. Assim sendo, o grande desafio para o atual Governo do Estado da Bahia é o de implementar políticas que efetivamente promovam a cidadania dos segmentos da população historicamente



espoliado - conforme princípios do partido governista - com uma estrutura de Estado conservadora, com a finalidade de atender à lógica do capital, com uma cultura clientelista e patrimonialista, uma burocracia que carece de renovação, composta em grande parte por técnicos de mentalidade também conservadora em contraposição a outros que preservam os princípios políticos defendidos na militância. Uns que compreendem e outros que não compreende o seu papel frente às mudanças políticas ocorridas.

REFERÊNCIAS:

ANGELI, José Mário. O papel da "sociedade civil" e do "direito" no pensamento político de Antonio Gramsci. Disponível em <http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q2/o-papel-da-sociedade-civil-e-do-direito-no-pensamento-politico-de-gramsci.html>, acessado em 15/03/2011.

AZEVEDO, Alessandra e SILVA, Ronalda. Formação do Trabalhador Solidário: emancipação ou legitimação da exploração? **Linhas Críticas**. Brasília, vol. 16, no. 30, p. 149 – 166, jan. – jun., 2010.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. V. 2. Brasília:UNB, 1995.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: indicadores para qual sustentabilidade? SEMINÁRIO ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. Salvador, UCSAL, 2010. Disponível em: <http://www.futuranet.ws/costabaleia/upld/relatorios/Indicadores%20para%20qual%20sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

LAZAGNA, Ângela. Nicos Poulantzas e a teoria regional do político na transição socialista. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Angela_Lazagna.pdf. Acessado em 05-06-2011.

JESSOP, Bob. O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um Clássico Moderno. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.24, no.71, outubro, 2009.

NEVES, Lúcia M.W. e PRONKO, Marcela. A Atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no Entendimento das Políticas Sociais no Século XXI. Disponível em <http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Poulantzas.pdf>, acessado em 05-06-2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

15

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (Org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 03-71

RESTREPO, Luís Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimento sociais na América Latina. **Tempo Social**. V. 1, 1990. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/pdf/vol02n2/A%20RELACAO.pdf>.

Acesso em: 01 jun. 2011.

VIEIRA, Rejane Esther e INÁCIO, Ana Elise Cardoso. Democracia, Participação E Poder Local: Uma Análise Da Atuação Dos Novos Movimentos Sociais No Estado Democrático De Direito Brasileiro . Disponível em <http://www.artigosbrasil.net/art/varios/2012/movimentos-sociais.html>, acessado em 15/03/2011.